

CAPÍTULO 2 – AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO E SUAS VÁRIAS “VOZES”

2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA: O SUJEITO E O DISCURSO

Os estudos acerca da linguagem, por muito tempo, se ocuparam em buscar, tendo como auxílio elementos semânticos e sintáticos, o sentido do texto, por vezes através da prática escolar intitulada “compreensão de texto”, o qual se dava a partir de procedimentos normativos e descritivos. Mediante tais procedimentos, o gramático se dispunha a compreender o sentido do texto, bem como o que o autor “quis dizer”, caracterizando uma ciência da expressão e dos meios dessa expressão, os quais se situavam a serviço de um fim a que se propõe esse autor, que é o de se fazer compreender.

No entanto, com o deslocamento conceitual proposto por Ferdinand de Saussure, a ciência da linguagem se vê propensa a considerar a teoria da linguagem desvinculada de sua prática, rompendo com essa relação. Nessa perspectiva, Saussure ([1916]2003, p.22) considera a seguinte diferenciação: “Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que é individual; 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental”. Com efeito, a língua (*langue*), por esse viés, passa a figurar como o objeto de estudo da lingüística, sendo relegado à fala (*parole*) um lugar assistemático, exterior ao campo dos estudos científicos da linguagem.

Por se efetivar essa ruptura, à língua consideram-se, em primeiro plano, os elementos constituidores de seu sistema, os quais contribuem para seu funcionamento, e não mais a sua função de exprimir sentido. Aos fenômenos provenientes da prática da linguagem atribui-se um caráter individual, heterogêneo, concreto, exterior ao domínio da ciência, sem possibilidade, então, de ser estudado, diferente da língua que, tida como social, homogênea, abstrata, é direcionada a um lugar privilegiado, central, nos estudos da linguagem. O estruturalismo saussuriano, nesse sentido, ao tomar a língua como seu objeto de estudo, ocupa-se em estudá-la inserta em um sistema fechado em si, podendo, portanto, observar sua estrutura interna tendo em vista uma série de regularidades. As irregularidades, diante desse método de análise, não se fariam presentes, vez que os traços subjetivos da fala, as influências externas não estariam inseridas no quadro da referida estrutura.

A imanência de uma lingüística formal se estabelece nesse cenário no sentido de propiciar à lingüística o estatuto de ciência. Para tanto, há, no referido momento, a necessidade de cumprir certas exigências até então primordiais para uma constituição no campo científico. Sobre essa situação, Dillinger (1991, p.398) salienta:

À época em que se cunhou a dicotomia formalismo/funcionalismo, estudar o significado e o uso de formas lingüísticas em atos comunicativos dentro da lingüística feriria dois princípios da filosofia da ciência vigente: implicaria no estudo de inobserváveis como “conceitos” e “significados”, além de violar o princípio da autonomia das ciências, por incluir o estudo de fenômenos psicológicos e sociológicos na lingüística. Se a lingüística incluísse o estudo do significado e do uso social, simplesmente perderia seu status de ciência.

Até a década de 60, a lingüística estruturalista ainda permanecia num terreno fecundo, vivenciando seu apogeu. Porém, a despeito dos trabalhos até então vigentes, os quais, em lugar de análises de textos se ocupavam em descrever o sistema de funcionamento da língua, fez-se necessário retomar uma questão abandonada em função da referida ruptura saussuriana: a de exprimir sentido. O deslocamento da função para o funcionamento, o qual marca o nascimento da ciência lingüística, deixa uma brecha para a qual muitos estudos se vêm voltados. A dualidade ao mesmo tempo formal e exterior volta a se constituir como elemento de estudo da linguagem. Dentre os estudos que surgem e que vão de encontro à rigidez da lingüística formalista, destaca-se a Análise do Discurso. Em sua história, houve primeiramente duas tendências distintas no cenário lingüístico: uma americana e outra francesa. Esta última apresenta-se como parte do aporte teórico da presente dissertação.

A Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD) teve como fundador o filósofo francês Michel Pêcheux e tem como marco inicial a publicação de sua obra intitulada *Análise Automática do Discurso* (AAD), em 1969, juntamente com o lançamento da revista *Langages* pelo lingüista e lexicólogo Jean Dubois. Suas perspectivas acerca das questões relativas às lutas de classes, à história, ao marxismo fizeram-se primordiais para o desenvolvimento da referida linha de estudos lingüísticos. O interesse dual de se trabalhar com o aspecto formal da linguagem associado às instâncias subjetivas, exteriores à estrutura formal, com traços históricos, sociais e ideológicos, provoca uma ruptura com o estruturalismo saussuriano, que tinha como objeto de estudo a língua (*langue*).

Essa mudança desencadeia o surgimento de outro objeto de análise, o qual se assimila à AD de linha francesa e que nela se configura como um novo método de abordagem dos estudos lingüísticos: o discurso. Este se apresenta como o ponto articulatório entre as instâncias ideológicas e a materialidade lingüística, entre os fenômenos da língua e sua exterioridade. É para esse liame que se volta a AD, e é a partir desse ponto que poderão ser analisados, sob o aspecto discursivo, os efeitos de sentido que, na presente perspectiva, são constituídos social e historicamente.

A década de 1960 é marcada na França como um momento de discussão e de releituras em vários campos do conhecimento. Durante o processo de apropriação do embasamento teórico voltado para a relação existente entre a linguagem e seu exterior, tornou-se necessário estabelecer um aporte teórico que transitasse num entremeio. Seria preciso recorrer a outras fontes, que não apenas a da lingüística, para se dar início à aludida proposta. Nessa disposição, como marco inicial é possível estabelecer, em seu bojo, o imbricamento de três teorias: a lingüística, a psicanálise e o marxismo. Para tanto, três teóricos se destacam por estabelecer uma releitura de Saussure, de Freud e de Marx. Assim, tem-se, respectivamente, Pêcheux, Lacan e Althusser, a tríade constitutiva do aporte teórico da Análise do Discurso. É nesse contexto que surge, situada no entremeio dessa conjuntura epistemológica e marcada no centro de reflexões da referida tríade que se situa na base dos referidos estudos.

A proposta da AD atende à necessidade de ir além da análise puramente lingüística. Para tanto, faz-se necessário mobilizar outros campos das ciências humanas para contemplar, diante da referida expectativa, o quadro teórico passível de abarcar algumas questões abandonadas pela lingüística estruturalista. Uma delas gira em torno da questão do sujeito. Situada à margem dos interesses estruturalistas, ganha uma atenção especial nos estudos do discurso. Na disposição de adequar à Análise do Discurso uma concepção de sujeito que se aproxime da proposta que vem sendo construída, estabelece-se um afastamento da noção de sujeito empírico, o qual dá lugar a um outro cuja característica é a de ser afetado pela ideologia: o sujeito-forma. Ao trilhar esse caminho, o sujeito passa a ser visto à luz da psicanálise, como sujeito do inconsciente, diferente do empírico; e na perspectiva do materialismo histórico, como assujeitado. Dessa forma, o sujeito surge como cindido, disperso.

No quadro constitutivo do sujeito, observa-se também a presença de estudos que põem em relevância a questão da subjetividade. Entre estes, destaca-se a concepção benvenistiana. Trilhando os estudos baseados nos pronomes, a subjetividade imprime-se na caracterização do “eu”. É enquanto “eu” que se torna possível se constituir como sujeito subjetivo, da e pela linguagem, mesmo enquanto esse “eu” se relaciona com o “tu”. No entanto, apesar de considerar a relevância do “tu” para a constituição do “eu”, Benveniste ([1966] 2005, p.255) destaca a propriedade do “tu” de ser uma pessoa “não subjetiva”. Nesse cenário, ao “ele” é atribuída a posição de “não-pessoa”. Assim, o referido autor atesta a propriedade desses três pronomes e a relação com a subjetividade:

Quando saio de “mim” para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um “tu” que é, fora de mim, a única “pessoa imaginável”. Essas qualidades de interioridade e de transcendência pertencem particularmente ao “eu” e se invertem em “tu”. Poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas “pessoas” se oporão juntas à forma de “não-pessoa” (= “ele”).

A partir daí, o “eu” transcende em relação ao “tu”, sendo este uma pessoa não subjetiva enquanto àquele, pessoa subjetiva, destina-se um lugar de destaque nessa relação. Além disso, Benveniste reconhece o papel do “tu”, apesar de apontar a transcendência do “eu”, nesse trânsito que chama de “correlação de subjetividade”.

A linguagem é colocada como a possibilidade de se ter a subjetividade; e é no discurso que se dá a emergência dessa subjetividade. Só é possível ter a consciência de si mesmo no momento em que se coloca o “outro”. É preciso, para cristalizar a presença da subjetividade e, conseqüentemente, do “eu”, dirigir-se ao “outro”, marca lingüística constitutiva dessa relação de contraste.

Nessa concepção, a partir do momento em que é possível ao locutor se propor como sujeito que se instaura a subjetividade, a qual, por sua vez, se dá na e pela linguagem. Esta não é, portanto, um instrumento do homem, e sim, situa-se em sua natureza. A constituição do “eu” na linguagem, do ser subjetivo, depende da forma lingüística marcada pela não subjetividade: o “tu”. Diante disso, Benveniste ([1966] 2005, p.286) afirma:

Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*.

Nessa polaridade existente entre o *eu* e o *tu* há uma relação, como se vê, de reciprocidade, mas não de simetria. Nessa, apesar de atestada a importância do *tu* na constituição do sujeito, não há um nível de igualdade. Estabelece-se, pois, uma situação de dependência, em que o *ego* sempre vai transcender em relação ao *tu*, caracterizando, assim, uma relação “ego-cêntrica”, em que a subjetividade se constitui no exercício da língua e se encontra centralizada na forma lingüística do “eu”.

Apesar do destaque dado à enunciação segundo o qual se firma como um ato de apropriação da língua, Benveniste apresenta o discurso histórico como isento de marcas de pessoa. É esse um dos pontos polêmicos da referida teoria, alvo de críticas e lugar de discussões, bem como a visão da existência de um sujeito que é único e centralizado.

Entre os estudos que operam na disposição de compreender a linguagem como interação social, além de observar outras “vozes” possíveis de se observar em textos, questionando, desse modo, a teoria da unicidade do sujeito, destacam-se as concepções de Bakhtin ([1929] 1988) acerca da linguagem. Ao se pensar a linguagem como dialógica, produto da interação social, observa-se uma aproximação da definição sobre a língua, na qual essa é um fato social cuja existência funda-se na necessidade de comunicação. Partindo da idéia interacionista da língua, evidencia-se no campo de estudos lingüísticos a posição da palavra de comportar duas faces: ela procede de alguém e dirige-se a alguém, isto é, toda palavra é produto da interação locutor-ouvinte.

Pela visão de Bakhtin ([1929] 1988) sobre o discurso, o “outro” passa a ser também o “outro discurso”, ou os “outros discursos”, apresentando-lhe um caráter dialógico. Diante dessa concepção, parte para a teorização do dialogismo, em detrimento da caracterização da língua por Saussure ([1916], 2003). Irá tratá-la não como um sistema monológico, e sim dialógico, fruto de “um fenômeno social da interação verbal”, o que abrirá espaço para sua formulação acerca da teoria do enunciado (cf. BRANDÃO, 1999, p.51).

Em relação à palavra, Bakhtin ([1929] 1988, p. 36) dá um lugar destaque ao afirmar ser “o fenômeno ideológico por excelência”. Isso explica sua plurivalência, além de fazer emergir seu caráter dialógico. Nesse sentido, ainda salienta o caráter material do signo, apresentando-o como parte material de uma realidade. Ao representar a propriedade objetiva e passiva de ser analisada, Bakhtin ([1929] 1988, p. 33) confere à linguagem um caráter objetivo, materialidade na qual se manifesta a ideologia, como pode ser visto a seguir:

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior. Este é um ponto de suma importância. No entanto, por mais elementar e evidente que ele possa parecer, o estudo das ideologias ainda não tirou todas as conseqüências que dele decorrem.

Bakhtin ([1929] 1988, p.123) afirma que a verdadeira substância da língua é constituída pelo “fenômeno social da interação verbal”. Assim, a interação verbal é vista como constitutiva da realidade verbal da língua e se realiza mediante uma ou mais enunciações.

Nesse sentido, o referido autor, na medida em que busca contestar a teoria da unicidade do sujeito, cunha o termo “polifonia”, o qual é tomado por Ducrot (1987) para elaborar um esboço de uma Teoria Polifônica da Linguagem. Nesse esboço, Ducrot se propõe a evidenciar a profusão de “vozes” existentes em um enunciado a partir das caracterizações que apresenta sobre os sujeitos. Dessa forma, divide-os inicialmente em duas instâncias lingüísticas: os locutores e os enunciadores. No entanto, Ducrot permanece no nível enunciativo, sem considerar, como efeitos de sentidos em sua teoria, a questão ampla da historicidade nem o contexto sócio-histórico, marcantes na AD.

No sentido de apresentar uma visão constitutiva do sujeito na AD, a partir da análise realizada por Orlandi (1984², p.97 – 113), Brandão (1997, p.46) sistematiza a possibilidade de distinguir três etapas dessa constituição nas teorias lingüísticas:

Primeira fase: em que as relações interlocutivas estão centradas na idéia de interação, harmonia conversacional, troca entre o eu e o tu. Nessa concepção idealista enquadra-se, por exemplo, a noção de sujeito de Benveniste;

Segunda fase: em que se passa para a idéia do conflito. Centradas no outro, segundo essa concepção, as relações intersubjetivas são governadas por uma tensão básica em que o tu determina o que o eu diz, ocorrendo uma espécie de tirania do primeiro sobre o segundo. É a concepção fortemente influenciada pela retórica, presente nos momentos iniciais da AD cujas análises se focalizaram sobretudo os discursos políticos;

Terceira fase: em que reconhecendo, no binarismo da concepção anterior, uma polarização que impedia apreender o sujeito na sua dispersão, diversidade, a AD procura romper com a circularidade dessa estrutura dual, ao reconhecer no sujeito um caráter contraditório que, marcado pela incompletude, anseia pela completude, pela vontade de “querer ser inteiro”. Assim, numa relação dinâmica entre identidade e alteridade, o sujeito é ele mais a complementação do Outro. O centro da relação não está, como nas concepções anteriores, nem no eu nem no tu, mas no espaço discursivo criado entre ambos. O sujeito só se completa na interação com o outro.

Diante da teoria de Althusser ([1985] 2003) acerca da ideologia calcada na releitura de Marx, levando em consideração as relações de produção, Pêcheux assimila o papel da ideologia de interpelar os indivíduos em sujeito. Nesse sentido, Pêcheux (1995, p.153 – 154) coloca o seguinte:

Todo nosso trabalho encontra aqui sua determinação, pela qual a questão da constituição do sentido junta-se à da constituição do sujeito, e não de um modo marginal (por exemplo, no caso particular dos “rituais” ideológicos da leitura e da escritura), mas no interior da própria “tese central”, na figura da *interpelação*,

² 1983 é gralha.

O papel da interpelação é o de constituir o indivíduo em sujeito. Este, por sua vez, encontra-se marcado pela superestrutura presente no materialismo histórico, local em que se caracterizam as ideologias, os posicionamentos políticos de uma determinada época.

Nesse sentido, considerando o assujeitamento do sujeito chega-se às concepções de formações ideológicas e formações discursivas, a partir das quais se torna possível evidenciar a posição de sentidos. Ao tomar a palavra nesse contexto, tem-se o estabelecimento do sentido de acordo com a relação existente entre uma dada formação discursiva, tida como um dos componentes de uma formação ideológica. Quanto a isso, Orlandi (1993, p.18) ratifica:

As formações discursivas são formações componentes das formações ideológicas e determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição em uma conjuntura dadas. As palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra, pois muda sua relação com a formação ideológica.

Assim, o sujeito sendo interpelado ideologicamente encontra no discurso o local tanto de elaboração, quanto de difusão de ideologias. Além disso, na produção dos sentidos e, conseqüentemente, dos discursos também devem ser consideradas as questões dos processos parafrástico, “que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas (matriz da linguagem)” e polissêmico, “responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos (fonte da linguagem)” (ORLANDI, 1993, p.20). A partir desses processos, torna-se possível compreender, na constituição do discurso, as relações estabelecidas entre a intertextualidade, que remete às ligações existentes entre um texto e outro; e a interdiscursividade, segundo a qual todo discurso é produto de um discurso passado e remete a outro. Em relação ao interdiscurso, Maingueneau ([1998] 2005, p.54) salienta a propriedade do discurso só adquirir “sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho. Para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros”.

Diante desses levantamentos em relação ao discurso e ao sujeito, faz-se necessário salientar que, para Pêcheux, é na superestrutura que as instâncias político-ideológicas se encontram, e lá o sujeito constitui-se como tal, interpelado ideologicamente e inserido na prática social que encontra sua determinação na formação ideológica, que é o discurso, estando ligado ao sujeito e constituindo com ele dois dos conceitos primordiais para o quadro teórico da AD.

2.2 A POLIFONIA ENUNCIATIVA

Para marcar os estudos voltados à teoria de unicidade do sujeito, pode-se recorrer aos trabalhos de Benveniste (1989). Ao tomar a enunciação como um processo de apropriação, a partir do qual o sujeito se apropria da língua para sua utilização, esse mesmo sujeito se apresenta como único. Acerca desse aspecto, Benveniste (1989, p. 83-84) afirma:

“O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno”.

A enunciação, nessa concepção, tem o sujeito, em sua apropriação da linguagem para a realização de um ato individual, como condição necessária para sua ocorrência. Essa visão de Benveniste acerca da unicidade do sujeito apresenta-se aqui como um parâmetro de “reformulação” acerca da concepção de sujeito para se chegar à polifonia enunciativa.

Perante uma concepção de unicidade do sujeito, segundo a qual um só autor é responsável por um enunciado, desenvolvido a partir de sua capacidade psicofisiológica, sendo este a origem do enunciado, um ser extralingüístico a quem são imputadas as marcas pessoais, destacam-se os estudos que visam a combater tal pressuposto tido há muito como óbvio.

Seguindo a perspectiva da não unicidade do sujeito, Ducrot, no intuito de formular uma Teoria Polifônica da Enunciação, no âmbito de uma disciplina que ele próprio define como Pragmática Semântica ou Lingüística, vale-se de um estudo preliminar realizado por Bakhtin acerca da polifonia. Ao conceituar a polifonia, Bakhtin abre espaço para questionar a unicidade do sujeito. No entanto, Ducrot deixa claro que seu trabalho lingüístico é uma extensão bastante livre dos estudos de Bakhtin aplicados à literatura.

É possível marcar certas diferenças entre a polifonia bakhtiniana em relação à de Ducrot. Aquela toma o texto como material de análise e assinala no referido *corpus* a profusão de “vozes”, ao contrário desta, segundo a qual a polifonia se dá no nível do enunciado. Por tratar de se fazer ouvir várias “vozes” em um texto, a visão polifônica bakhtiniana é vista por Ducrot como uma teoria que não põe em questão a tese de que um enunciado faz ouvir apenas uma “voz”, vez que Bakhtin não toma um único enunciado em suas análises, e sim, seqüências de enunciados. Além disso, pode-se observar que essas “vozes” apresentam-se sob um caráter histórico-social, ao contrário do que Ducrot propõe,

assinalando-as apenas como descrição de uma enunciação que, de certa forma, se dá historicamente, já que a enunciação é tida, nesse sentido, como um acontecimento histórico. Porém, limita-se ao acontecimento em si. O traço social, nesse caso, é deixado de lado.

Desse modo, com o propósito de contestar a teoria da unicidade do sujeito falante, dá-se início à tese de que várias vozes perpassam o enunciado, não sendo, pois, marcado por um único sujeito. Para se compreender melhor como se engendra essa idéia, Ducrot ([1984] 1987) promove a distinção de alguns elementos do discurso. A primeira ocorre entre a frase e o enunciado, da seguinte forma.

A frase é tida como um objeto teórico que não se insere no nível do observável, sendo, portanto, uma invenção da gramática. Já o enunciado pode ser tomado como um elemento observável, “considerado como a manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* (aqui e agora) de uma frase” (DUCROT, [1984] 1987, p. 164). O que se deve entender é que sua existência se dá simplesmente pela ocorrência do enunciado. A partir daí, nota-se que o referido autor trata da enunciação levando em conta o instante no qual ocorre, restringindo a possibilidade de concebê-la em um outro momento ao estabelecer uma existência momentânea, sem mobilidade temporal. Nesse sentido, visto que Ducrot trata da enunciação como um acontecimento histórico, há uma marca de historicidade em sua teoria. No entanto, essa historicidade diz respeito apenas ao momento em que se dá tal acontecimento. A noção de historicidade se restringe, portanto, ao momento em que se dá a enunciação.

Para Ducrot, é possível dar conta do enunciado através da frase, sendo este a ocorrência *hic et nunc* (aqui e agora) de uma frase. Dessa forma, a matéria lingüística apresenta-se como veículo transportador do enunciado, estabelecido mediante suas condições de acontecimento e passível de ser evidenciado diante da descrição da enunciação a que se refere, a qual, por sua vez, é única, pontual, dada em um momento específico. Além disso, torna-se evidente a posição de que, para o propósito da teoria em questão, não interessa quem produziu a enunciação, ou mesmo se é fruto de algum ato de produção efetuado por um sujeito empírico, o que vai de encontro ao postulado vigente até então.

É trilhando esse caminho que, na disposição de chegar a um conceito que melhor se voltasse aos propósitos da teoria polifônica, Ducrot destacou sua preferência em ter a enunciação como um acontecimento histórico. Para isso, descartou anteriormente as concepções de enunciação como uma atividade psicofisiológica destinada à produção do enunciado, bem como um resultado do ato do sujeito falante: o próprio enunciado. Ao tratar a enunciação como um acontecimento enunciativo histórico, vez que acontecerá em um dado momento, uma única vez, sem ter jamais ocorrido antes e não sendo possível uma ocorrência

posterior, e não como um produto de um sujeito falante, Ducrot se exime do trabalho de buscar um “produtor” do enunciado, excluindo, portanto, tal responsabilidade de suas análises.

Não se poderia deixar de lado, para uma compreensão, diante de uma perspectiva enunciativa, de como se dá a sobreposição de vozes, a questão do sentido, que é compreendido na forma de descrição de uma enunciação. Desse modo, ao tratar da oposição Frase X Enunciado, Ducrot mobiliza as noções de sentido e de significação em correlação aos referidos termos opositivos. Para tanto, à frase liga-se a significação, e ao enunciado, o sentido. Por esse viés, a matéria lingüística, a partir de sua significação, fornece pistas auxiliadoras no processo de interpretação do enunciado. Portanto, mediante a significação torna-se possível prever o sentido do enunciado. A significação da frase se dá, por exemplo, segundo sua estrutura léxico-gramatical, ou por “variáveis argumentativas” para se chegar ao sentido do enunciado. Esse processo tem em si assinalado diferenças tanto metodológicas, já que o sentido, diferentemente da significação, encontra-se no plano do observável, quanto de natureza, já que a significação não faz parte do sentido, e sim, apresenta-se como um conjunto de instruções para que se chegue à associação dos sentidos aos enunciados. De tal modo, quando se conhece a significação de uma frase, sabe-se o que se deve fazer, como se deve proceder para interpretar o enunciado à que se apresenta subjacente, para se chegar a seu sentido, que por sua vez é a descrição de uma enunciação, de um acontecimento enunciativo histórico.

O sentido, então, refere-se à qualificação da enunciação, do acontecimento histórico que viabilizou sua existência. Está no nível do observável e caracteriza semanticamente o enunciado, diferente da significação, um objeto teórico que caracteriza semanticamente uma frase. Dessa forma, a significação em uma frase, como já foi visto, estabelece bases necessárias para se interpretar um enunciado o qual esta o é subjacente, sob a instrução, por exemplo, que se conheça “de onde fala o sujeito”. Engendrado no espaço do enunciado, o sentido proporciona que se visualizem aspectos da representação da enunciação. Assim, tem-se o sentido do enunciado constituído pela representação da enunciação. Ducrot, ao apresentar diferenças de ordem de natureza, evidencia que não se pode ver o sentido como a presença da significação e da situação do discurso. Seguindo esse raciocínio, a significação não faz parte do sentido. Apenas dá instruções a quem precisa interpretar um enunciado. Essas instruções vão apresentar os meios que se devem seguir para observar a relação existente entre o sentido e o enunciado. Portanto, quando se fala em sentido, na verdade, se está tratando das

possibilidades interpretativas. Assim, saber quais são os sentidos do enunciado é reconhecer as interpretações as quais lhe são suscetíveis.

A crítica feita por Ducrot em relação à teoria da unicidade do sujeito se dá principalmente porque, em certos enunciados, não se é possível atribuir ao sujeito falante, unívoco, todas as suas propriedades. Essa possibilidade negada tem sua existência possível em enunciados mais simples. Porém, em construções mais complexas, isso não se torna fácil. Para ilustrar essa questão, Ducrot ([1984] 1987, p. 180) apresenta o seguinte exemplo: “Ah! Eu sou imbecil; você não perde por esperar!” Tomando-o como uma retruca, elaborada diante de uma crítica efetuada por um outro indivíduo, não se pode, nesse sentido, atribuir responsabilidade do ato do primeiro enunciado, no caso, uma retomada, ao produtor das palavras acima, já que L o retoma para contestar o sentido presente. Nesse caso, Ducrot ([1984] 1987, p. 180) mostra que “ao contrário, L o atribui a seu interlocutor I (mesmo que I não tenha, de fato falado de bobeira. Mas somente feito uma censura que, segundo L, implica em boa lógica para I, a crença da imbecilidade de L)”

Outra ocorrência enunciativa da qual não se é possível, segundo Ducrot, ser destinada a responsabilidade total a um único locutor, em se tratando da impossibilidade da atribuição das propriedades dadas a um único sujeito falante, é quando se apresenta a conjunção “mas” em um significativo número de situações em que é empregada. Na situação em que ocorre **mas** s, o trecho referente a s pode ser imputado de responsabilidade do locutor, vez que é da perspectiva de s que o locutor pode comungar. Nesse caso, a responsabilidade do que se apresenta em r não pode ser imputada a L, já que é o posicionamento rejeitado por L. Dessa forma, às duas afirmações, representadas respectivamente por r X s, já não pode ser atribuída a responsabilidade a um mesmo autor, em seu sentido físico, por ser assimilado à perspectiva de s, enquanto que à de r segue sua correção, por rejeitar sua afirmação, marcada pela presença da conjunção **mas** na referida situação. Trata-se, aqui, de salientar a importância da teoria da não unicidade do sujeito ao evidenciar a dificuldade que se tem de atribuir as características do sujeito empírico a um sujeito único em enunciados mais complexos.

Para o desenvolvimento descritivo de uma dada enunciação, é necessário que certas indicações de ordem argumentativa e ilocutória, as quais se propõem a contribuir na disposição de eventuais autores, sejam apresentadas. No entanto, Ducrot (1984), como já se foi destacado, não introduz em seu trabalho preliminar de conceituação de enunciado a evidência de um possível autor, o que não ocorre quando se trata de imputar responsabilidade pelo enunciado em sua descrição, vez que este se estabelece por meio de uma abstração do

sujeito. Porém, antes disso torna-se necessário distinguir possíveis sujeitos nas análises descritivas entre os locutores e os enunciadores.

Em relação ao locutor, Ducrot o caracteriza por ser o responsável pelo enunciado, em seu sentido, para quem são destinadas as marcas de 1ª pessoa. Para ratificar sua posição de não se ocupar em buscar um autor, um produtor efetivo do enunciado, recorre aos estudos de Benveniste acerca dos enunciados chamados de “históricos”. Diante disso, tais enunciados se caracterizariam por não ter marcas implícitas nem explícitas de 1ª pessoa. Não poderiam, assim, ser atribuídos a um autor, a uma fonte. Diante disso, Benveniste ([1966] 2005, p.262) faz a seguinte colocação:

A enunciação histórica, hoje reservada à língua escrita, caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. (...) Trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa. (...) Definiremos a narrativa histórica como o modo de enunciação que exclui toda forma lingüística “autobiográfica”. O historiador não dirá jamais eu nem tu nem aqui nem agora, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa eu: tu. Assim, na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de “terceira pessoa”.

Isso também explica o porquê de Ducrot desenvolver uma teoria tendo em vista o locutor enquanto ficção discursiva. O locutor deve, pois, ser considerado um ser do discurso, e não um indivíduo, um sujeito empírico, produtor efetivo da fala.

No discurso relatado direto, por sua vez, tem-se um enunciado que não pode ter apenas um locutor, enquanto ficção discursiva. Em **João me disse: eu virei**, há um locutor responsável pelo enunciado em sua totalidade. No entanto, uma parte desse enunciado (eu virei) é atribuída a um outro locutor. O discurso direto, ao contrário do que muito se diz, não deve ser visto, diante da referida concepção, como uma representação literal do discurso original. A esse respeito, Ducrot ([1984] 1987, p. 187) salienta: “o estilo direto implica fazer falar um outro, atribuir-lhe a responsabilidade das falas, isto não implica que sua verdade tenha uma correspondência literal, termo a termo”. O enunciado citado anteriormente como exemplo evidencia em si duas marcas de primeira pessoa, relacionando-as a locutores distintos.

Há, ainda, uma distinção interna acerca da concepção do locutor, que pode se apresentar “enquanto tal”, cuja abreviação é “L”, e o locutor enquanto “ser do mundo”, ou “λ”. O locutor λ é, portanto, o ponto de partida, a origem do enunciado. Apresenta-se como um ser que é sempre designado pela 1ª pessoa, pelo pronome “eu”. Assim, o locutor λ adquire uma condição de pessoa “completa”, que não deve se confundir com o sujeito empírico, vez

que se firma no nível do enunciado, diferentemente da posição externa em que se encontra o sujeito falante. Por sua vez, o locutor λ surge como a origem do enunciado, já que, como “ser do mundo”, apropria-se da possibilidade de serem imputadas a si características psicológicas e sensitivas, as quais são expressas pelo enunciado mediante o locutor L, responsável pela enunciação, pelo acontecimento histórico, pela configuração efetiva que possibilita a ocorrência enunciativa. Dessa forma, pode-se dizer que há enunciados nos quais as sensações não são inscritas, só podendo ser sentidas por um locutor enquanto “ser do mundo”, ou locutor λ . Isso se dá porque é só como “ser do mundo” que o locutor λ pode expressar suas alegrias ou tristezas. No caso de interjeições, o sentimento encontra-se inscrito na enunciação, notório na fala. A interjeição marca a fala que pode se apresentar como triste ou alegre, ao contrário de possíveis enunciados declarativos que podem não ter marcados na fala os sentimentos, não estando, portanto, passíveis de ser notados na fala. Nesse sentido, os sentimentos que se estabelecem exteriores à enunciação referem-se ao locutor λ , já os marcados pelas interjeições, coloridos na fala, são atribuídos ao locutor L, vez que, segundo Ducrot ([1984] 1987, p. 188) “uma interjeição apresenta como motivada pelo sentimento que expressa. Isso implica que este sentimento é apresentado não somente por meio, mas através da enunciação de que é a origem pretendida”. Diante disso, pode-se tomar o sentimento expresso por uma interjeição, por estar inscrito na enunciação, voltada para o sujeito a que se destina responsabilidade por tal enunciação, ao locutor L.

Como “ser do mundo”, ao locutor λ , por ser a origem do enunciado, marcado pelo pronome “eu”, estando vinculado a esse enunciado, para que se dê sua ocorrência, faz-se necessário haver um acontecimento histórico, necessitando, assim, de um sujeito que tenha responsabilidade por tal ocorrência. Na medida em que o referido quadro se efetiva em um único enunciado, o sujeito apresenta-se cindido em duas instâncias lingüísticas: o locutor L e o locutor λ . Este por ser a origem do enunciado e aquele por ser responsável pelas condições de sua existência enunciativa. O que se vê, portanto, é a primeira forma de polifonia que Ducrot destaca como “dupla enunciação”, na qual aparecem dois locutores distintos em um mesmo enunciado.

Considerando a imagem aristotélica acerca do *ethos*, segundo a qual se caracteriza por representar a imagem de si, a que o orador busca imputar a si mediante palavras, entonação, argumentos, fluência, no intuito de seduzir, adquirir a benevolência do público, Ducrot o aproxima da concepção do locutor L. Seria possível, por exemplo, que L, enquanto responsável pela enunciação, mobilizasse um discurso depreciativo de λ para imputar a si uma

determinada imagem, como estratégia retórica para ganhar a benevolência do público. A essa situação, Ducrot ([1984] 1987, p. 189) faz referência à “virtude da autocrítica”.

No intuito de salientar a existência de um segundo tipo de polifonia, que lhe é mais constante, o autor destaca a possibilidade de, no enunciado, se sobrepuserem outras vozes, que não as do locutor. A estas não seriam atribuídas, a despeito daquelas dos locutores, “palavras precisas”, e sim, um ponto de vista, uma perspectiva enunciativa. Essas vozes, pois, caracterizam-se como sujeitos intitulados enunciadores. Eles, por sua vez, apresentam perspectivas enunciativas que podem ou não ser assimiladas ao locutor. Diante dessa questão, se forem tomados, por exemplo, o enunciado constituído pela conjunção **mas**, do qual já foi tratado anteriormente, poder-se-á perceber que uma perspectiva, marcada como Enunciador 1 (E_1), é rejeitada pelo locutor. A outra perspectiva, Enunciador 2 (E_2), ao contrário, assimila-se ao locutor, vez que as duas estabelecem, entre si, a partir da presença da conjunção *mas*, uma relação de oposição. Dessa forma, apresentam-se dois pontos de vista distintos, opostos, que se estabelecem como uma segunda forma de polifonia.

Para cristalizar mais a distinção apresentada acerca do locutor e do enunciador, Ducrot propõe uma analogia entre a diferença dos sujeitos e a teoria da narrativa de Genette (1972). A esse respeito, o narrador aproxima-se do locutor, e o personagem do enunciador. Da mesma forma que o narrador mobiliza personagens, o locutor irá mobilizar pontos de vista para o enunciado, ou seja, enunciador(es). De forma similar à que Genette opõe o narrador do autor, Ducrot o faz com o locutor e o sujeito falante empírico.

Em relação às características do enunciador, Ducrot ainda se vale da concepção de Genette sobre “o centro da perspectiva”, ou, “sujeito de consciência”, a partir do qual são apresentados os acontecimentos. Esse ponto de vista é colocado em paralelo com a figura do enunciador, caracterizando-o, dessa forma, por apresentar um ponto de vista que pode se distanciar (ou não) da perspectiva do locutor. Dessa forma, Genette explicita que o narrador pode ser compreendido como “quem fala” e o centro da perspectiva como “quem vê”.

No ponto de abordagem referente a locutor e enunciador, surge a possibilidade de ocorrência tal qual o locutor não se assimile ao enunciador. Essa circunstância ocorre no momento em que o papel dos referidos sujeitos é colocado, de modo geral, no plano da ironia. Ao se tomar um enunciado irônico, pode-se ter um locutor, responsável pela apresentação enunciativa, o qual expressa a posição de um enunciador, mas que a este não é assimilado, vez que considera a referida perspectiva como absurda. Uma das características da ironia na teoria polifônica da enunciação é que não se deve buscar um outro enunciador, diferente do marcado pela perspectiva absurda, o qual apresentaria, por sua vez, uma posição razoável. No caso da

ironia, o locutor não deve assumir nenhuma das perspectivas apresentadas no enunciado. A posição absurda é refutada diretamente pelo locutor, sem apresentar um ponto de vista concorrente. A própria escolha das palavras já evidencia a repugnância do locutor pela perspectiva enunciativa que por ele é apresentada.

Inversamente ao enunciado irônico, no negativo o locutor assume uma das posições presentes no enunciado. Há, no caso da negação, duas atitudes antagônicas, sendo que uma se apresenta como positiva, representada normalmente por E_1 , e a segunda, negativa, marcada por E_2 , à qual o locutor não raro pode ser assimilado. Nesse caso, diferente da ironia, o locutor se assimila a uma das perspectivas enunciativas. Nesse caso, o enunciado positivo não é recusado diretamente pelo locutor, mas por um enunciador apresentado pelo locutor e que, na maioria dos casos, a ele se assimila.

Aos enunciados afirmativos, não lhes é atribuída a possibilidade de ser marcada uma outra perspectiva, nesse caso, uma negativa. Isso se dá vez que o referido autor destaca, em seus estudos, a existência de uma dissimetria entre os enunciados negativos e os afirmativos. Para ele, a afirmação em enunciados negativos apresenta-se mais fundamental que o inverso. Para ilustrar a aludida tese, Ducrot apresenta alguns exemplos tomando como base a expressão **ao contrário**. Nesse sentido, tal expressão pode ocorrer em um enunciado enunciativo e negar não o enunciado, e sim o ponto de vista positivo. Assim ocorre em “Pedro não é gentil” “ao contrário, ele é insuportável”. Já em um enunciado afirmativo como “Pedro é gentil”, não se poderia ser encadeado “ao contrário, ele é adorável”. Nesse caso, é possível conceber uma posição contrária à aludida concepção acerca de Pedro, porém, não se torna possível estabelecer uma oposição mediante a expressão **ao contrário**. O que se acentua, diante dessa questão, é que o locutor apresenta diferença tanto em sua presença quanto em seu estatuto diante de enunciado negativo e de positivo.

Sobre a negação, Ducrot ([1984] 1987, p. 203 – 204) apresenta considerações acerca de três tipos:

1. Negação metalingüística – Caracteriza-se por contradizer “os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe”. Como exemplo, é apresentado “Pedro não parou de fumar; de fato, ele nunca fumou na sua vida”. Nesse caso, o enunciado positivo que afirma o fato de Pedro fumar antes é anulado. No caso de “Pedro não é inteligente, ele é genial”, observa-se um efeito de “elevação”, possível na negação metalingüística, ao contrário da maior parte das negações, caracterizada por exprimirem habitualmente um efeito “de abaixamento”.

2. Negação polêmica – Corresponde à maior parte dos enunciados negativos tendo, portanto, o hábito de exprimir um efeito “de abaixamento”. Nesse tipo de negação, o E_2 , correspondente à posição da recusa, opõe-se a E_1 , e não a um outro locutor. É isso que se vê em “Pedro não é inteligente”.

3. Negação descritiva – Apresenta-se como uma descrição delocutiva da negação polêmica. Quanto ao desenvolvimento da presente negação, Ducrot coloca:

Se posso descrever Pedro dizendo “ele não é inteligente”, é porque lhe atribuo a propriedade que justificaria a posição do locutor no diálogo cristalizado subjacente à negação polêmica: dizer de alguém que ele não é inteligente, é atribuir-lhe a (pseudo) propriedade que legitimaria opor-se a um enunciado que tivesse afirmado que ele é inteligente.

É por esse viés que Ducrot estabelece os parâmetros de constituição de uma teoria que se propõe a romper com as idéias de unicidade do sujeito até então vigentes e esboça uma nova forma de abordagem de apreensão dos sujeitos que se dá a partir de um parâmetro enunciativo. Assim, diante do presente desenvolvimento teórico, passa a conceber, em seus estudos, o caráter polifônico da linguagem pondo em cena as posições desses sujeitos caracterizados por locutores e enunciadores.

2.3 UMA VISÃO SOBRE A IDEOLOGIA

No quadro teórico da AD, ao estabelecer o distanciamento da análise focada na imanência lingüística para propor a abertura de um espaço que alia o lingüístico ao social, inscreve-se, nesse cenário articulatório, o papel da ideologia. Nos primeiros momentos de constituição do referido quadro teórico, há uma aproximação com idéias marxistas a partir de uma releitura feita por Althusser, e passa a focar inicialmente os discursos políticos. No afã de compreender a ligação entre o ideológico e a Análise do Discurso, mediante a estruturação teórica que Althusser realiza acerca daquele, e conhecer algumas teorias que seguem a linha marxista, convém compreender a concepção de Marx sobre a ideologia, bem como outros posicionamentos que buscam um lugar conveniente para esse termo.

Tratar da ideologia é penetrar em um campo controverso, cheio de nuances e contradições, distante de um ponto pacífico em termos conceituais que encerre tantos confrontos teóricos. Essa pluralidade marca as visões que se apresentam diante de uma ótica nem sempre positiva, como se pode ver diante da concepção marxista. Porém, a respeito de

sua origem, é importante salientar que se dá, segundo Chauí (2003, p.25), em 1810 pelo filósofo Destruitt de Tracy. Nesse momento, as idéias são tratadas como fenômenos naturais que exprimem relação com o meio ambiente e o corpo humano.

Diante de uma visão marxista, a ideologia surge com marca pejorativa. Ao observá-la mediante condições empíricas, Marx e Engels a tomam sob o aspecto da ilusão social, segundo a qual as ações sociopolíticas e históricas apresentam-se recobertas por concepções assimiladas pela sociedade e que agem instituindo relação de divisões sociais. O homem, por sua vez, não se vê como o responsável pela existência da *práxis*³, e sim passa a se identificar a partir de um sistema refratário, que promove sua inserção em um contexto social e histórico alheio à sua (do homem) determinação. É a essa questão indicadora da postura que o homem tem de ignorar ser o criador da sociedade que Marx volta sua atenção (cf. CHAÚÍ, 1997). Para compreender essa questão e conseqüentemente a ideologia, torna-se necessário compreender a alienação. À ideologia, liga-se a alienação. A respeito desta, Chauí (1997, p.170) busca conceituá-la da seguinte forma:

A alienação é o fenômeno pelo qual os homens criam ou produzem alguma coisa, dão independência a essa criatura como se ela existisse por si mesma e em si mesma, deixam-se governar por ela como se ela tivesse poder em si e por si mesma, não se reconhecem na obra que criam, fazendo-a um ser outro, separando dos homens, superior a eles e com poder sobre eles.

A partir da alienação social, tem-se a constituição de um ambiente dividido em classes, o qual se estrutura em instituições que se referem ao conjunto de práticas sociais que são as “condições materiais da vida social e política” (CHAÚÍ, 1997, p.171). A ideologia presente, nesse sentido, é a ideologia dominante.

Ao acompanhar a análise de Marx acerca do salário, segundo a qual evidencia que, em um nível, é apresentado como pagamento de um trabalho realizado e, por isso, caracteriza-se como uma troca, e em outro evidencia a troca não igualitária, a partir da qual o que se paga na realidade é a força de trabalho, mantendo uma parte dessa força não-paga, Fiorin (2005, p.26-31) salienta a existência de dois níveis de realidade em uma formação social: o da essência e o da aparência. Nesse sentido, o nível da essência – profundo e não-visível –, assimilado às relações de exploração social, surge mascarado como uma troca igualitária mediante o nível da aparência – superficial e fenomênico. É nesse nível que o capitalismo engendra formas de mascarar a realidade, apresentando-a como igualitária, evidente apenas no nível superficial.

³ “A ação sociopolítica e histórica chama-se **práxis** e o desconhecimento de sua origem e de suas causas, **alienação**” (CHAÚÍ, 1997, p.170).

Dessa forma, de acordo com Fiorin (2005, p.28), “a partir do nível fenomênico da realidade, constroem-se as idéias dominantes numa dada formação social”. E para caracterizar essas idéias como a própria ideologia, esclarece:

A esse conjunto de idéias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens é o que comumente se chama ideologia. Como ela é elaborada a partir das formas fenomênicas da realidade, que ocultam a essência da ordem social, a ideologia é “falsa consciência” (FIORIN, 2005, p.28 – 29).

Em um momento mais atual, tomando como base a ideologia marxista, Chauí (2006) fala sobre a **ideologia da competência** ao tratar do poder midiático. Essa forma de ideologia se propõe a instituir a divisão social entre os competentes, os que sabem e mandam, e os incompetentes, que não sabem e obedecem, e gira em torno do conhecimento basilado pela figura do especialista. Este, por sua vez, mune-se dos meios midiáticos para, através de um discurso competente, divulgar saberes. Nessa visão, o principal especialista configura-se sob a caracterização daquele que interpreta as informações, os saberes, explicando-os e se constituindo como **formador de opinião**, como **comunicador**. Dessa forma, diferente da ideologia burguesa, a que institui a divisão social a partir da “*inculcação* de valores e idéias”, a ideologia da competência que, mediante a figura do especialista, ao explicar e interpretar os saberes, revela que a sociedade nada sabe e” seu poder se realiza como intimidação social e cultural” (CHAUI, 2006, p.77). Assim, com o intuito de sintetizar o significado da ideologia da competência, Chauí (2006, p.76 – 77) o faz desta forma:

A ideologia da competência pode ser resumida da seguinte maneira: não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro. O discurso competente determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e, finalmente, define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido. Essas distinções têm como fundamento uma distinção principal, aquela que divide socialmente os detentores de um saber ou de um conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico), que podem falar e têm o direito de mandar e comandar, e os desprovidos de saber, que devem ouvir e obedecer”.

No desenvolvimento da releitura althusseriana da teoria marxista, o que se busca é estudar as ideologias em sua existência material, distanciando-se propriamente da esfera das idéias. Isso se dá vez que, diante de tal concepção, as ideologias caracterizam-se por serem práticas materiais em que se engendram as relações de produção. Essas práticas, portanto, são

necessárias para a cristalização de tais relações cujo reflexo se apresenta com a divisão do trabalho. A articulação da ideologia no ambiente social ocorre mediante o mecanismo de **sujeição** a partir do qual o agente se enxerga como sujeito e se subordina a outro sujeito, um Sujeito absoluto, e que se estabelece a favor da ideologia dominante sob a forma de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). É por esse caminho que se tem a ideologia garantindo a interpelação dos “indivíduos” em sujeito e a submissão a esse Sujeito absoluto.

Para estruturar sua releitura, Althusser baseia-se na concepção marxista de que, na sociedade, a infra-estrutura, compreendida como a base econômica, as relações de produção, em última instância determina a superestrutura, que compreende as instâncias político-jurídicas e ideológicas. Nesse sentido, toma-se metaforicamente a idéia do edifício social. Neste, a base (representação da infra-estrutura) determina em última instância o edifício inteiro. Assim, observa-se que a ideologia, ao ser determinada pelas relações de produção, caracteriza-se por ser a reprodução das relações de produção. No entanto, apesar de existir essa determinação em última instância, há um sistema de retorno da superestrutura em relação à base, ou infra-estrutura, o que causa uma circularidade nesse funcionamento. Ao retomar esse pensamento marxista, Althusser põe em evidência os AIE, que agem primeiramente pela ideologia e que compreendem a religião, a escola, a família, o sistema político, os sindicatos, a imprensa entre outros. Os AIE se diferenciam dos Aparelhos (Repressores) de Estado (ARE), que funcionam por meio da violência. Como exemplo de ARE tem-se o Exército, a polícia, o Estado etc. No entanto, diante da releitura althusseriana, os dois Aparelhos de Estado (ideológico e repressor) funcionam pela violência e pela ideologia. O que os distingue e não permite que se confundam é o fato de que no primeiro há predominância da repressão, inclusive a física, enquanto no segundo tem-se primeiramente o funcionamento da ideologia, e de forma secundária a repressão, mesmo que de forma simbólica. Dessa forma, pode-se precisar que a ideologia encontra-se presente nesses processos althusserianos, funcionando, de um modo ou de outro, em maior ou menor grau, nesses Aparelhos de Estado.

Também a partir de uma visão sócio-ideológica, mas que se vê atrelada à natureza sógnica, partindo da visão de língua como interação social, chega-se a mais um estudo que propõe um lugar à ideologia. Nesse contexto, diante da predileção de tomar os discursos literários como objeto de estudo e analisá-los principalmente com base nas relações sociais, Bakhtin ([1929] 1988) se afasta da noção sistêmica da língua na ótica saussuriana para caracterizá-la a partir de uma outra concepção. Para ele, a língua deve dar conta das relações sociais, bem como das interindividuais, o que propicia o distanciamento do estudo

propriamente sistêmico e se passa a levar em consideração a exterioridade. Dessa forma, é na e pela língua que se inscrevem as relações individuais em um meio social.

É mediante tal articulação teórica fundamentada no funcionamento social que se estabelece como essência da língua o fenômeno da interação verbal. Nesse ponto, a noção bakhtiniana de dialogismo é elucidada, segundo a qual todo ato de linguagem possui um caráter dialógico. Não existe, diante da referida concepção, palavra monológica, mas plurivalente. Em detrimento da visão saussuriana em relação às enunciações monológicas, os estudos bakhtinianos levam em consideração o caráter dialógico, e fazem emergir a relação social entre sujeitos. Ao tomar essa plurivalência como constitutiva do sentido, observa-se o estabelecimento de um lugar de destaque ao signo. É nesse ponto que se pode compreender a noção bakhtiniana de ideologia.

O que se inscreve na caracterização do signo é sua característica material, e se estabelece apenas na relação interindividual. É nessa materialização interacional da linguagem que se dá a natureza do signo como ideológico, isso porque a consciência individual – que se apresenta como fato sócio-ideológico – dos sujeitos inseridos em uma ambiente social só pode ser explicada nesse meio social e ideológico. Acerca dessa questão, Bakhtin ([1929] 1988, p.35) salienta:

Os signos só podem aparecer em um terreno interindividual. (...) É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formam um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só pode ser explicada, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social.

Chega-se, assim, à idéia bakhtiniana de que a ideologia é de natureza sígnica. O signo, como elemento de existência material da realidade, liga-se às relações interindividuais e ao ambiente social. A ideologia, portanto, não pode ser apreendida fora das relações interindividuais e sociais, nem desvinculada do caráter semiótico. O signo só se apresenta, só emerge mediante o processo de interação verbal. É nesse processo, em que indivíduos socialmente organizados interagem, que são constituídos os signos em sua natureza ideológica e social. É a partir da materialização da comunicação que se dá a existência sígnica. Essa ênfase imprimida ao signo como elemento contíguo à ideologia leva Bakhtin ([1929] 1988, p.36) a enxergar a palavra como “fenômeno ideológico por excelência” e evidenciar, por conseguinte, sua estrita ligação com a relação social.

A exemplo de Bakhtin, Pêcheux ([1975] 1995) também parte da crítica em relação à estrutura sistêmica empregada por Saussure ([1916] 2003) à língua, centrada na imanência

lingüística. Assim, também busca aliar ao lingüístico a exterioridade, além de mobilizar, como Bakhtin, um conceito deixado à margem nos estudos saussurianos: o de sujeito. Porém, diferente dos estudos bakhtinianos, Pêcheux toma como objeto de estudo o discurso. Tenciona, com isso, desenvolver uma teoria materialista do discurso. Para tanto, parte da releitura althusseriana acerca da ideologia. Ao tratar do sujeito, leva em relevância não a relação entre indivíduos, como o faz Bakhtin, e sim pensa a noção de sujeito como **lugares sociais**. Este, por sua vez, se constitui (e junto a ele, o sentido) mediante a interpelação. A ideologia, nesse sentido, interpela os indivíduos em sujeitos, em uma relação contraditória, vez que "é sempre-já sujeito" (PÊCHEUX, [1975] 1995, p.156).

Em discrepância à Bakhtin, que segundo ele a palavra tem caráter de fenômeno ideológico, a partir da qual se podem depreender seus sentidos, Pêcheux ([1975] 1995 p.160) compreende que em uma palavra, em um termo, não há sentido "por si mesmo" sem que esteja determinado pelas condições sociais e históricas, mudando de sentido de acordo com posições sustentadas, adquirindo "sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais estas posições se inscrevem".

Como forma de evidenciar essa relação entre ideologia e discurso, Pêcheux & Fuchs (1975, p. 166 – 167) colocam:

“(...) as formações ideológicas (...) ‘comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura’, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes”.

Diante disso, é possível compreender que a formação discursiva é derivada de condições de produção e se posiciona como um componente de uma determinada formação ideológica. Os indivíduos passam a ser interpelados ideologicamente em sujeitos e, a partir da intervenção de formações discursivas, têm, enquanto lugares sociais, determinações do que pode e deve ser dito. Nesse sentido, uma palavra pode mudar de sentido no momento em que passa de uma formação discursiva para outra. Seguindo essa linha, torna-se coerente que expressões diferentes possam, no interior de uma formação discursiva, ter o mesmo sentido. Isso se dá a partir do **processo discursivo**, o qual se caracteriza por “designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX [1975] 1995, p.161). É nesse contexto que está compreendida a ideologia, junto às formações e

transformações sociais, agindo no domínio do materialismo histórico, caracterizando-se como parte articulatória dos fundamentos da Análise do Discurso.

2.4 UMA PROPOSTA NO ENTREMEIO TEÓRICO

No instante em que se busca operar uma análise nos domínios do entremeio teórico da Análise do Discurso e da Semântica da Enunciação, tomando como recorte respectivamente as condições de produção e a polifonia enunciativa, torna-se fundamental situar o modo pelo qual se constitui o referido elo. A razão de tal necessidade se encontra nas diferenças provenientes do desenvolvimento teórico e de concepções terminológicas distintas. O modo em que se dá a utilização de termos dos referidos quadros teóricos, bem como a adaptação das (e entre as) teorias é determinante para desfazer dissidências e, conseqüentemente, equívocos no que tange sua aplicação no *corpus* de análise.

Ducrot ([1984] 1987), ao contestar a teoria da unicidade do sujeito mediante sua teoria polifônica da linguagem se volta para a enunciação, tomando-a por um acontecimento histórico do enunciado. Contudo, esse acontecimento histórico limita-se ao presente, ao momento da enunciação, deixando a historicidade à margem do enunciado. Quanto a essa questão, Silva (2002, p.14) ratifica:

(...) a noção de historicidade, na teoria de Ducrot, restringe-se ao presente, ou seja, as determinações históricas não importam, já que a enunciação é considerada como um acontecimento que se constitui pelo aparecimento histórico do enunciado. A enunciação é uma aparição momentânea. A cada enunciação, nesse autor, temos um novo enunciado.

Além disso, os estudos ducrotianos não levam em consideração o posicionamento ideológico. Os sujeitos, em Ducrot, surgem sob a figura de personagens, os locutores e os enunciadorees. O locutor L, que é o responsável pela enunciação, distingue-se do locutor λ , considerado como ser do mundo, origem do enunciado. Já os enunciadorees revelam-se como perspectivas, pontos de vista. A historicidade e a ideologia não são levadas em consideração no posicionamento dos sujeitos. A marcação é motivada pela enunciação, pelo momento em que ocorre, e é aplicada no enunciado como categorias lingüísticas.

A partir do momento em que se é proposto desenvolver uma análise mediante o arcabouço teórico das condições de produção, a significação não se torna restrita ao enunciado, ao momento da enunciação. Dá-se, nesse contexto, a análise lingüística em sua relação com a exterioridade, a qual mobiliza questões relativas à historicidade, à ideologia,

mas não como simples acréscimo de dados históricos, e sim a tendo como constitutiva, numa “relação orgânica e não meramente adjetiva” (ORLANDI, 1993, p.18).

Além disso, a constituição do sujeito não se dá como ficção discursiva restrita ao contexto enunciativo, mas inscrita nas condições de produção, sendo constitutivo do discurso e se estabelecendo como lugar social. Nesse sentido, o sujeito é interpelado ideologicamente, o que explica a condição de assujeitamento com a qual se identifica.

Ao se propor um entremeio teórico entre a polifonia e as condições de produção, a profusão de “vozes” se torna presente como elemento discursivo, e não mais meramente enunciativo. Resgata-se, nesse sentido, a questão da historicidade, a qual se configura sob a forma das condições sócio-históricas em que o discurso se desenvolve. A análise, diante desse diálogo teórico, se dá não mais restrita ao enunciado. Além disso, os posicionamentos ideológicos vinculados ao lugar social passam a figurar nesse contexto.

Assim, o que também se torna parte dessa relação teórica é a conjugação das marcas de polifonia ao discurso, tomando-se os sujeitos como lugares sociais, e não apenas como categorias lingüísticas vinculadas estritamente ao enunciado. Os enunciadores, que são os pontos de vista, as perspectivas, apresentam-se nesse entremeio com a propriedade de evidenciar o(s) efeito(s) de sentido, as perspectivas discursivas, vez que se estabelecem, no referido contexto teórico, como elementos cujos meios operacionais se dão no ambiente discursivo. Por esse motivo, os enunciadores tornam-se passíveis de ocorrer a partir do momento em que se possa caracterizar um determinado efeito de sentido, um dado ponto de vista, uma certa perspectiva discursiva.